

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

Capítulo 12 do Relatório Geral

Dimensão 10: POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2009

SUMÁRIO

12.1 Política Orçamentária	4
12.1.1 Orçamento Institucional	5
Gráfico 78: Existência de Articulação entre PDI e o Orçamento Anual.....	5
Gráfico 79: Orçamento Específico das Áreas de Atividades-Fim englobado ao Orçamento Geral	6
Gráfico 80: Orçamento Específico das Áreas de Atividades-Meio englobado ao Orçamento Geral	7
12.1.2 Critérios de elaboração do Orçamento Institucional	7
12.1.3 Compatibilidade entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Previsão Orçamentária	10
Tabela 2: Orçamento Previsto 2006-2009.....	11
Tabela 3: Orçamento Realizado 2006-2009	11
12.2 Aplicação de Recursos	12
Gráfico 81: Existência de um Programa de Redução de Custos.....	12
12.2.1 Alocação de Recursos para Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão ..	13
Gráfico 82: Alocação de Recursos para atender à Missão e aos Objetivos Institucionais	15
12.2.2 Alocação de Recursos para o Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo	15
Gráfico 83: Verba destinada à Capacitação de Docentes e Técnico-Administrativo	16
12.2.3 Cumprimento das Obrigações Trabalhistas e Pagamento dos Salários	16
Gráfico 84: Cumprimento das Obrigações Trabalhistas	17
Gráfico 85: Comprometimento das Obrigações Trabalhistas em relação à Receita Líquida (2009 até 30-06-2009)	18
12.2.4 Alocação de Recursos em Manutenção, Segurança e Investimentos	18
Tabela 4: Alocação Prevista dos Recursos para Manutenção, Segurança e Investimentos	19
Tabela 5: Alocação dos Recursos para Manutenção, Segurança e Investimentos	19
12.3 Análise das Demonstrações Contábeis	19

12.3.1 Análise Vertical, Horizontal e Indicadores	20
Tabela 6: Análise Vertical e Horizontal do Ativo	20
Tabela 7: Análise Vertical e Horizontal do Passivo.....	21
Tabela 8: Análise Vertical e Horizontal da Demonstração de Resultado do Exercício...	21
Tabela 9: Indicadores.....	22
12.4 Responsabilidade Social	23
12.5 Considerações Finais	24

12. DIMENSÃO 10: POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A gestão administrativo-financeira, conforme consta no PDI, visa ao gerenciamento dos recursos administrativo-financeiros e materiais e a valorização dos seus ativos. Para tal adota algumas políticas, conforme segue:

- busca permanente do equilíbrio orçamentário – sustentabilidade;
- descentralização orçamentária;
- vinculação das decisões financeiras aos objetivos institucionais e à disponibilidade orçamentária e de caixa;
- reinvestimento de todos os recursos advindos das mensalidades e de órgãos federais, estaduais e municipais;
- busca constante da ampliação de outras fontes de receita;
- busca da redução de custo de capital (fontes de recursos mais baratas);
- planejamento permanente das atividades por área;
- otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais;
- atendimento ao acadêmico com cortesia, flexibilidade, acessibilidade, clareza na comunicação e qualidade;
- valorização dos princípios como ética, confidencialidade, integridade, transparência e tratamento equânime;
- manutenção de auditoria externa independente.

12.1 Política Orçamentária

As políticas orçamentárias são geridas pelo artigo 52 do Estatuto da UNESC (anexo 02), e com base nas diretrizes da Câmara de Administração e Finanças para elaboração do orçamento, assim como, nas recomendações da comissão de elaboração.

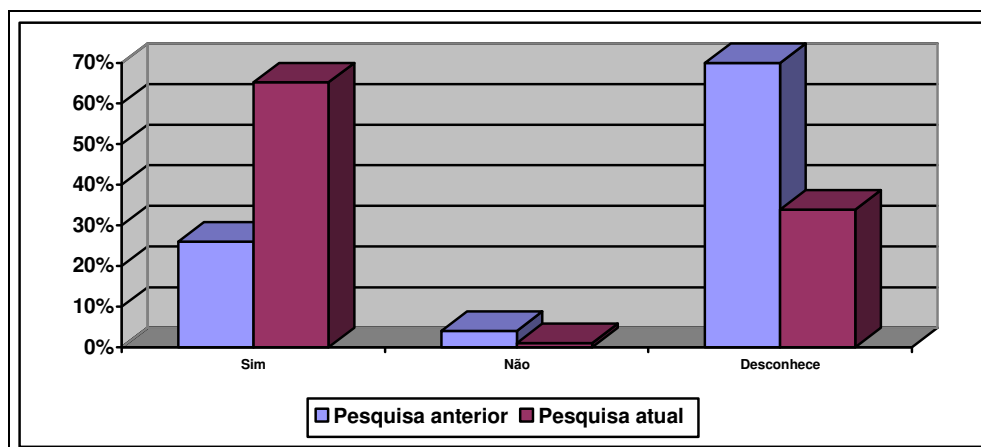
12.1.1 Orçamento Institucional¹

A previsão Orçamentária é desenvolvida com base nas políticas orçamentárias, com transparência e responsabilidade corporativa observando a viabilidade econômico-financeira frente aos objetivos traçados no PDI e as propostas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, além do compromisso sócio-ambiental descrito.

Em pesquisa interna, coordenada pelo SEAI, para avaliar a sustentabilidade financeira da Instituição junto aos gestores, professores e funcionários técnico-administrativos², os segmentos envolvidos foram indagados a respeito da existência de articulação entre o PDI e o Orçamento anual previsto.

Entre os pesquisados e fazendo correlação com a pesquisa anterior³, passou de 26% para 65,2% o percentual dos que entendem que existe articulação. Positivamente, cai o índice dos que indicaram que a articulação não existe passando de 4,0% para somente 1,0% e dos que desconhecem a informação, reduziu-se de 70% para 33,9%.

Gráfico 1: Existência de Articulação entre PDI e o Orçamento Anual



Fonte: SEAI/UNESC

¹ No anexo 1, consta o Relatório Orçamentário referente aos anos de 2006 a 30/06/2009

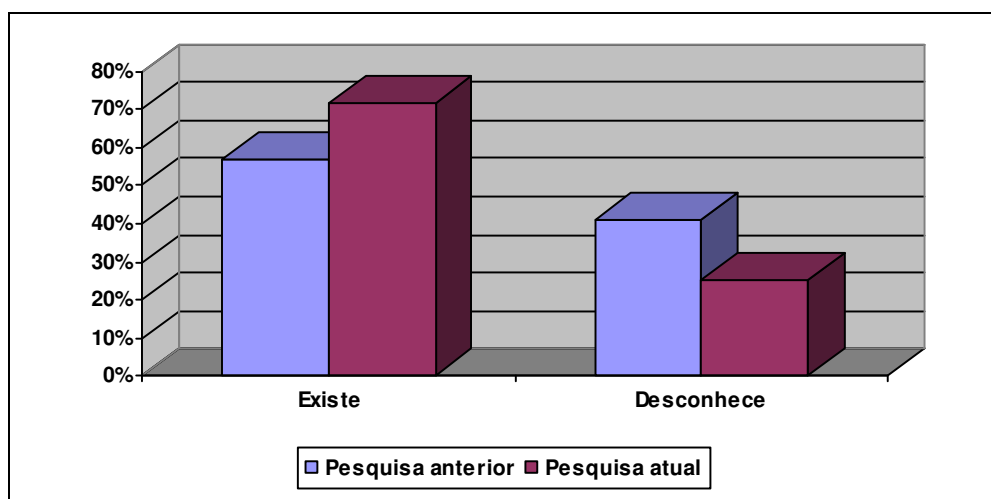
² Participaram da pesquisa que avaliou as Ações e Atividades desenvolvidas pela UNESC membros do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, além dos gestores. A mostra foi composta por 139 docentes, 139 técnico-administrativos e 71 gestores.

³ A pesquisa anterior é comentada no Relatório de Auto-Avaliação Institucional (parcial) Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira datado de março de 2007.

Embora esses índices tenham melhorado em relação à avaliação anterior entendemos que ainda é necessário buscar formas de ampliar o conhecimento por parte do corpo docente, técnico-administrativo e dos próprios gestores no que diz respeito ao conteúdo do PDI.

Indagados se as áreas de atividades-fim têm orçamento específico que seja englobado ao Orçamento Geral, 71,8% responderam que sim, em contrapartida à pesquisa anterior em que este percentual era de 57%, demonstrando um crescimento positivo de 26%. Quanto à parcela que desconhece o assunto passou-se de 41% para 25%.

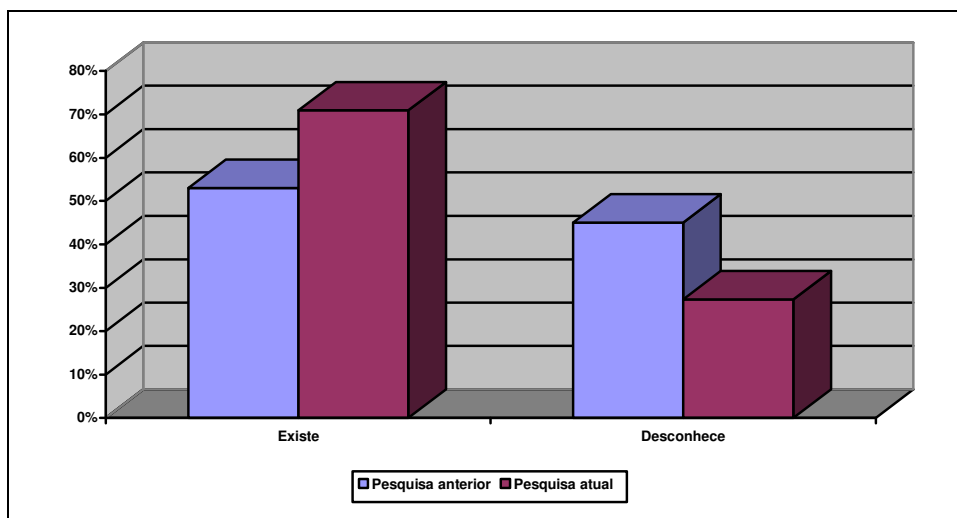
Gráfico 2: Orçamento Específico das Áreas de Atividades-Fim englobado ao Orçamento Geral



Fonte: SEAI/UNESC

A mesma pergunta foi feita em relação às áreas de atividades-meio (Biblioteca, Secretaria, Administração e outros) e os índices ficaram similares tanto na pesquisa atual quanto na anterior: 70,9% responderam que existe e 27,3% desconhece o assunto, na anterior os percentuais foram de 53% e 45% respectivamente.

Gráfico 3: Orçamento Específico das Áreas de Atividades-Meio englobado ao Orçamento Geral



Fonte: SEAI/UNESC

A redução dos indicadores negativos e a elevação dos índices positivos demonstra que as ações para melhoria, a partir da auto-avaliação registrada no relatório de março de 2007 foram eficazes. Cabe, por meio da estrutura de colegiados e de divulgação específica à comunidade acadêmica, ampliar ainda mais o conhecimento sobre o orçamento Institucional.

É importante destacar que a elaboração das propostas orçamentárias foram feitas por comissão composta por representantes da comunidade interna, com o intuito de que as discussões pertinentes ao desenvolvimento da previsão orçamentária fossem levadas a todos os segmentos. A discussão da proposta orçamentária nos diversos colegiados possibilita que a comunidade acadêmica possa contribuir com a elaboração da previsão orçamentária, para que os aspectos financeiros sejam compatíveis com as propostas de ensino, pesquisa, extensão e políticas sócio-ambientais constantes do PDI e do Planejamento Estratégico Institucional.

12.1.2 Critérios de elaboração do Orçamento Institucional

As previsões orçamentárias são elaboradas a partir de dados históricos do período imediatamente anterior ao ano de elaboração, confrontando-os com as

perspectivas e necessidades de cada área.

Em destaque algumas das políticas e procedimentos usados na elaboração da previsão orçamentária.

- I. pautar as decisões, prioritariamente, nas necessidades operacionais de ensino de graduação;
- II. vincular as ações previstas no planejamento estratégico da Instituição à disponibilidade orçamentária;
- III. buscar a otimização do resultado econômico-financeiro;
- IV. otimizar as horas de atividades no ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- V. otimizar os recursos destinados ao Marketing;
- VI. manter custo com pessoal em 65% da receita líquida;

A comissão elaboradora também apresentou sugestão de metas para que a Instituição possa cada vez mais ter transparência e melhoria em suas ações. Entre elas, destacam-se:

- critérios mais rígidos para turmas especiais;
- adequação de ementas facilitando equivalências;
- implementar financiamentos e programas de bolsas para alunos futuros e alunos carentes;
- racionalizar a produção de material publicitário;
- racionalizar a verba de participação em eventos;
- preenchimento de vagas ociosas nos cursos;
- ampliar a captação de novas receitas desvinculadas das mensalidades de graduação;
- intensificar as potencialidades de captação de recursos por meio da Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia;
- mudança de matrizes curriculares sem prejudicar as margens de contribuição;
- investimentos só em estrutura para ensino;
- instalar comissão permanente de avaliação orçamentária;

- reavaliar a margem de contribuição do setores de prestação de serviço das UNAS;
- reavaliar os programas sem geração de receita;
- reavaliar a margem de contribuição dos setores de prestação de serviços não vinculados as UNAs;
- reavaliar e buscar melhorias no resultado financeiro nos programas *stricto-sensu*;
- análise pela Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário da estrutura de custos das atividades desenvolvidas na Instituição.

A seguir apresentar-se-ão a composição dos grupos de receitas e despesas nos anos de 2006 a 30/06/2009.

a) Receitas:

- **Mensalidades:** 1) unidades acadêmicas - projeção de alunos e mensalidades, corrigido o valor do crédito com base no INPC; 2) Colégio de Aplicação - projeção de alunos, corrigido o valor da mensalidade com base no INPC; 3) Pós-Graduação I – valores referentes aos cursos em andamento acrescidos das projeções de novos cursos para o ano da previsão.

- **Prestação de Serviços:** 1) Setor de Prestação de Serviços – valores históricos corrigidos com base no INPC; 2) Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - IPAT – receitas conforme previsão fornecida pelo gestor.

- **Receitas Diversas:** 1) Receitas diversas - conforme valores históricos e perspectivas de novas captações.

b) Despesas:

- **De Pessoal:** 1) Valor base referente a folha do mês de setembro de cada ano, acrescidos de: 0,5% por enquadramento nos planos de cargos e salários do Magistério; dissídio coletivo de março - previsão; aumento de carga horária conforme crescimento do número de turmas nos cursos incompletos; cálculo das aulas ministradas ajustada a quantidade de créditos ofertados por fase, a partir da descontinuidade de turmas em determinados cursos nos processos seletivos

correspondentes.

- **Administrativas:** Conforme valores históricos, corrigidos com base no INPC ajustados a realidade da previsão de receitas.

12.1.3 Compatibilidade entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Previsão Orçamentária

Considerando que a Previsão Orçamentária é construída com a participação de todas as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão e gestão, e tem suas bases no PDI e PPI, além das políticas e diretrizes institucionais de cada área envolvida fica o entendimento de que a Previsão Orçamentária está compatível com o PDI, embora em alguns pontos careça de melhorias.

Salienta-se que a compatibilização é feita observando-se as políticas de sustentabilidade constantes no PDI, de buscar o equilíbrio orçamentário-sustentabilidade, vincular as decisões financeiras aos objetivos institucionais e a disponibilidade orçamentária e de caixa, descentralizar o orçamento, reinvestir todos os recursos advindos das mensalidades e captados junto a órgãos federais, estaduais e municipais para o fortalecimento da Instituição, buscando a ampliação de outras fontes de receita e reduzir o custo de capital.

As políticas de gestão institucional buscam: o equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; racionalidade na utilização dos recursos; descentralização de ações e delegação de responsabilidades; responsabilidade sócio-ambiental; valorização dos profissionais; e o programa de apoio financeiro aos acadêmicos incluindo as diversas bolsas, e as parcerias com órgãos externos existentes na UNESCO.

A compatibilidade entre a Previsão Orçamentária e a sua execução anual pode ser observada, comparando-se a tabela 2 com a tabela 3. Nos períodos em avaliação a variação percentual entre o previsto e o efetivamente realizado sofreu variações negativas somente no ano de 2007, de menos 0,42% na previsão de receitas e de menos 1,90% em relação à aplicação dos recursos previstos; percentuais estes que não impactaram significativamente nas ações previstas. Já nos anos de 2006 e 2008 as variações foram positivas significando que foram concretizadas receitas e

aplicações superiores ao montante previsto na Previsão Orçamentária. No ano de 2009, no resultado parcial, demonstra-se que as receitas estão praticamente dentro do previsto; já as aplicações estão superiores ao previsto até junho, devendo esses valores tenderem a se ajustar no segundo semestre, para que se mantenha a compatibilidade entre as previsões e o efetivamente realizado.

Tabela 1: Orçamento Previsto 2006-2009

Origem dos Recursos	Ano de 2006		Ano de 2007		Ano de 2008		2009 (Até 30-06-2009)	
	Previsto		Previsto		Previsto		Previsto	
	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %
Total de Recursos Líquido	59.782.559	100,00	67.437.243	100,00	62.899.713	100,00	31.825.690	100,00
Recursos Próprios	59.588.775	99,68	67.425.038	99,98	62.899.713	100,00	31.825.690	100,00
Recursos de Subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Convênios	193.784	0,32	12.206	0,02	-	-	-	-
Aplicações dos Recursos	57.565.165	96,29	62.378.794	92,50	59.084.008	93,93	29.853.426	93,80
Pessoal	35.531.803	59,44	37.130.869	55,06	37.956.498	60,34	19.022.985	59,77
Despesa de Custeio	18.937.950	31,68	21.533.512	31,93	18.764.803	29,83	9.310.756	29,26
Pesquisa	1.453.035	2,43	1.978.164	2,93	1.866.839	2,97	1.262.624	3,97
Extensão	1.642.377	2,75	1.736.250	2,57	495.868	0,79	257.061	0,81
Resultado	2.217.394	3,71	5.058.449	7,50	3.815.705	6,07	1.972.263	6,20

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Tabela 2: Orçamento Realizado 2006-2009

Origem dos Recursos	Ano de 2006		Ano de 2007		Ano de 2008		2009 (Até 30-06-2009)	
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado	
	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %
Total de Recursos Líquido	66.063.993	100,00	67.152.127	100,00	63.344.391	100,00	31.706.046	100,00
Recursos Próprios	61.923.616	93,73	64.941.088	96,71	60.377.127	95,32	30.327.967	95,65
Recursos de Subvenções	4.007.639	6,07	2.062.370	3,07	2.620.615	4,14	1.340.459	4,23
Recursos de Convênios	132.737	0,20	148.670	0,22	346.649	0,55	37.621	0,12
Aplicações dos Recursos	63.373.905	95,93	61.193.218	91,13	63.609.560	100,42	32.189.153	101,52
Pessoal	35.892.557	54,33	37.266.049	55,49	39.471.776	62,31	19.582.155	61,76
Despesa de Custeio	23.563.394	35,67	21.301.221	31,72	21.179.937	33,44	11.496.386	36,26
Pesquisa	2.253.622	3,41	1.499.624	2,23	2.249.223	3,55	915.257	2,89
Extensão	1.664.331	2,52	1.126.324	1,68	708.624	1,12	195.355	0,62
Resultado	2.690.088	4,07	5.958.909	8,87	(265.169)	(0,42)	(483.107)	(1,52)

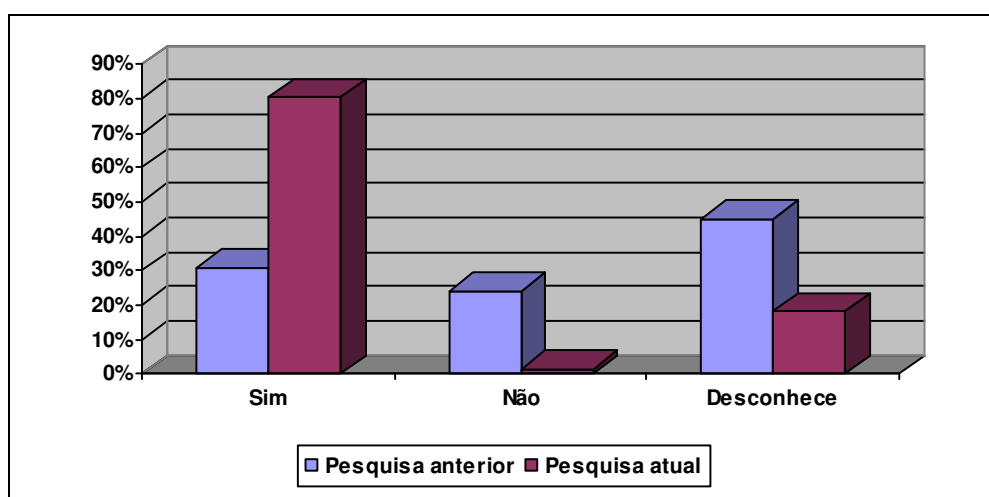
Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Os recursos orçamentários são ainda em sua maioria advindos de fontes próprias, o que demanda a implementação de ações, por parte da gestão, para modificar esta realidade. A gestão está sensível a essa necessidade e no planejamento estratégico – revisão 2008, constam ações para efetivar a ampliação das fontes de receita.

12.2 Aplicação de Recursos

A existência de um programa de redução de custos com vistas a uma aplicação mais adequada dos recursos é confirmada por 80,3% dos indagados na pesquisa já citada neste documento. Somente 1,5% diz que não existe e 18,3% desconhece o assunto. Registra-se também significativa melhora na visibilidade e conseqüente participação da comunidade envolvida no programa em análise, pois na pesquisa do período anterior somente 31% dos indagados confirmavam a existência, 24% discordavam e 45% diziam desconhecer o assunto.

Gráfico 4: Existência de um Programa de Redução de Custos



Fonte: SEAI/UNESC

Dentre as políticas constantes no PPI está a política de descentralização Orçamentária (verbas sobre as quais os diversos setores possuem autonomia para

gerir) com o intuito de proporcionar autonomia, agilidade nas ações e atribuir responsabilidades. Dos pesquisados, 63% considera a existência de descentralização orçamentária como “muito boa” e “boa”, 4,8% diz que ela é ruim e somente 2,4% considera inexistente, ainda que 29,9% desconhecem o assunto. Neste ponto é necessário que os gestores desenvolvam ações informativas sobre a descentralização orçamentária junto à comunidade interna. A pesquisa anterior apontava que 30% dos avaliadores consideravam baixo o grau de autonomia; 23% médio e 34% não sabiam responder ou não opinaram. Houve, portanto, visível melhoria também neste quesito.

Atendendo a missão e aos objetivos institucionais, os recursos orçamentários próprios são totalmente socializados nas diversas atividades da Instituição. Os recursos oriundos de subvenções do Município e do Estado de Santa Catarina são aplicados totalmente em bolsas de estudo aos alunos carentes. Dos recursos totais recebidos pela Universidade, conforme tabela 2 do item 2.2 deste relatório, em média, 58,5% são aplicados nos gastos com salários, 34,27 nas demais despesas de custeio e em torno de 2,75%, são investidos na ampliação da infra-estrutura. Para os projetos de Pesquisa, o orçamento destina, em média, 3%, e, no desenvolvimento de projetos de Extensão, aproximadamente 1,5% do orçamento. Os recursos resultantes de convênios são aplicados em projetos ou despesas vinculadas.

12.2.1 Alocação de Recursos para Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão

A alocação dos recursos por meio da Previsão Orçamentária Institucional é feita por centros de custos que se consolidam nas grandes áreas institucionais de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Cada centro de custos possui contas específicas representativas de suas atividades, onde são efetivamente alocados os recursos.

A aplicação dos recursos no Ensino, Pesquisa e Extensão corresponde a alocação feita na Projeção Orçamentária baseada na dinâmica dessas áreas para o cumprimento de suas atribuições. Os recursos advêm das verbas internas alocadas, de órgãos de fomento externo e, são distribuídos nos diversos programas institucionais seguindo normatização específica.

O Ensino engloba a Educação Básica e Educação Superior que abrange o ensino de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. O ensino de graduação ainda é o principal responsável pela receita institucional e, conseqüentemente, aquele que absorve maior quantidade de recursos. No ensino de graduação e pós-graduação a UNESCO atua além da modalidade presencial na modalidade a distância, ainda que em fase de consolidação e ampliação⁴. Na Educação Básica, os recursos são distribuídos entre os anos do Ensino Fundamental e Médio do seu Colégio de Aplicação.

Na Pesquisa, as verbas são alocadas de forma a atender as diversas áreas de conhecimento, nas linhas e programas definidos Institucionalmente como prioritários. Os programas, por meio de aprovação de projetos, da disponibilidade orçamentária e metas prioritárias, abrangem os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, as bolsas de iniciação científica e o programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – *PróStricto*. Os programas incorporam também recursos de editais de fomento externo.

O Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas – IPAT mantém parte de sua receita com fonte própria e parte com financiamento interno. As receitas próprias advêm do desenvolvimento de pesquisas a partir de demanda externa à Instituição, na forma de prestação de serviços. O IPAT serve também, como *locus* operacional para professores que queiram desenvolver projetos em parceria com empresas e entidades, oportunizando infra-estrutura e apoio institucional para a formalização dessas parcerias, assim como auxiliando na formação científica dos acadêmicos da graduação e pós-graduação.

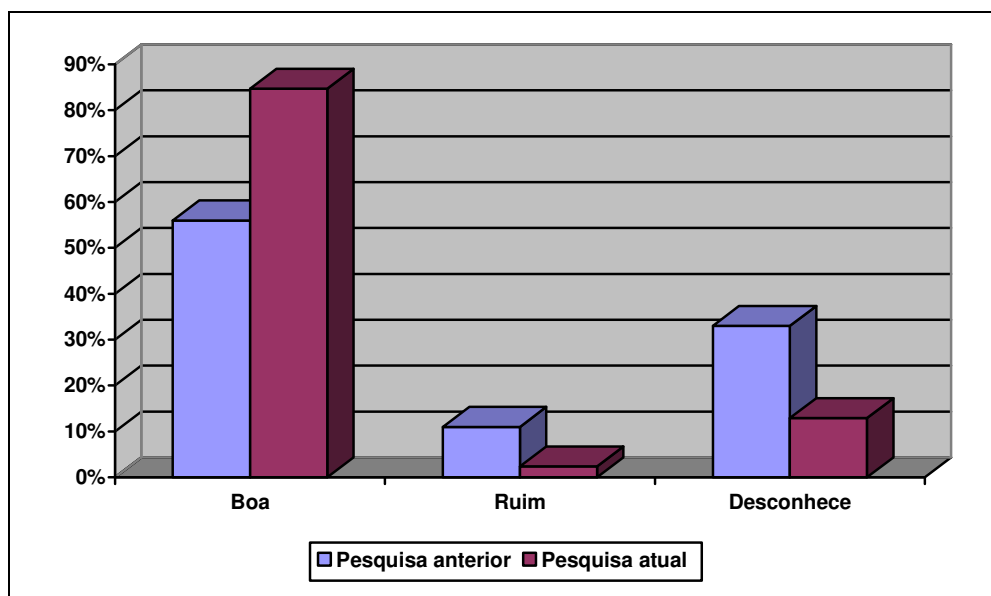
A avaliação interna demonstra que, na opinião da maioria dos docentes, gestores e funcionários, os recursos institucionais têm sido bem alocados para atender à missão e aos objetivos institucionais, os quais se traduzem nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Dos pesquisados 84,7% acreditam que a alocação é muito boa, boa ou razoável, somente 2,4% dizem que é ruim e 12,9% desconhece o assunto.

O gráfico 82 expressa a correlação entre a pesquisa atual e a aplicada no período anterior, demonstrando que a Instituição concretiza de forma cada vez melhor

⁴ Na graduação, o ensino de algumas disciplinas é feito a distância. Já na pós-graduação, alguns cursos são oferecidos na modalidade a distância.

seus objetivos institucionais.

Gráfico 5: Alocação de Recursos para atender à Missão e aos Objetivos Institucionais



Fonte: SEAI/UNESC

12.2.2 Alocação de Recursos para o Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo

A alocação das verbas em recursos humanos está vinculada ao plano de cargos e salários, ao cumprimento das obrigações trabalhistas, aos programas de capacitação, ao auxílio deslocamento, às bolsas de estágio e dependentes e ao serviço de terceiros.

A FUCRI/UNESC possui Resoluções e Portarias que normatizam e regulamentam a capacitação profissional por meio da concessão de bolsas de estudos para professores, técnico-administrativos e dependentes incentivando, com isso, o aperfeiçoamento profissional.

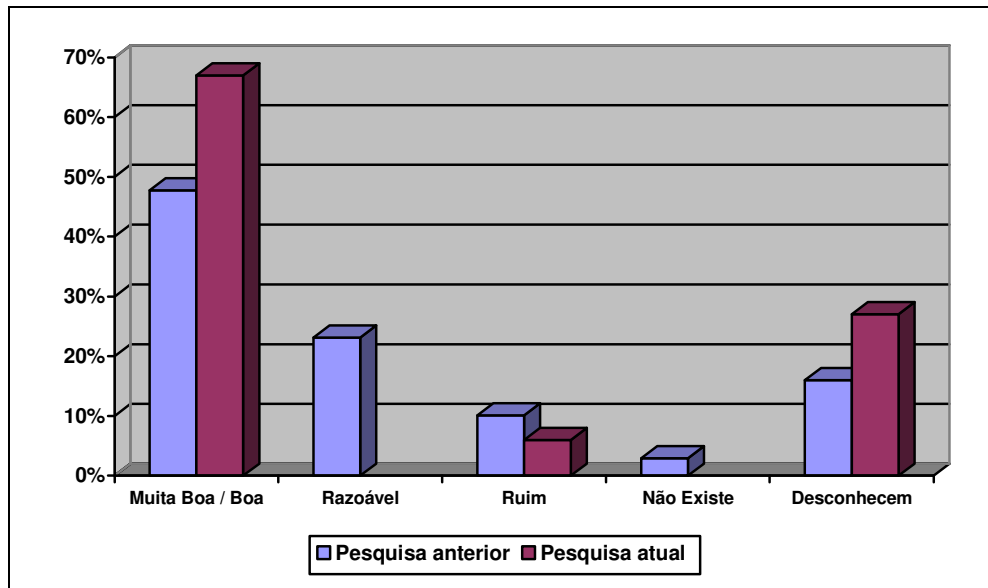
Dentre as políticas de Ensino relativas à valorização docente estão o incentivo à qualificação por meio de programas de formação continuada e, à efetivação do docente no Plano de Carreira.

As políticas de Pesquisa também contemplam o incentivo à formação de

docentes em cursos de Pós-Graduação na própria Universidade ou em outras Instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras e ainda em cursos de capacitação visando à elaboração de projetos, captação de recursos e demais aspectos referentes ao desenvolvimento da pesquisa.

Sobre este aspecto, a pesquisa interna apontou que as verbas destinadas para capacitação de docentes e técnicos-administrativo são muito boas e boas para 47,8% dos pesquisados, razoável para 23,1%, ruim para 10,1% e 2,9% consideram que a verba não existe. Porém, este assunto ainda é desconhecido por 16% dos indagados, demonstrando que se faz necessário desenvolver ações que dêem conhecimento do assunto e esclareçam que os programas de capacitação consomem recursos orçamentários alocados para este fim. É importante ressaltar que em relação a pesquisa anterior houve avanços pois reduziu o índice de desconhecimento do assunto em aproximadamente 40% e dos que acreditam que a verba não existe em 50%.

Gráfico 6: Verba destinada à Capacitação de Docentes e Técnico-Administrativo



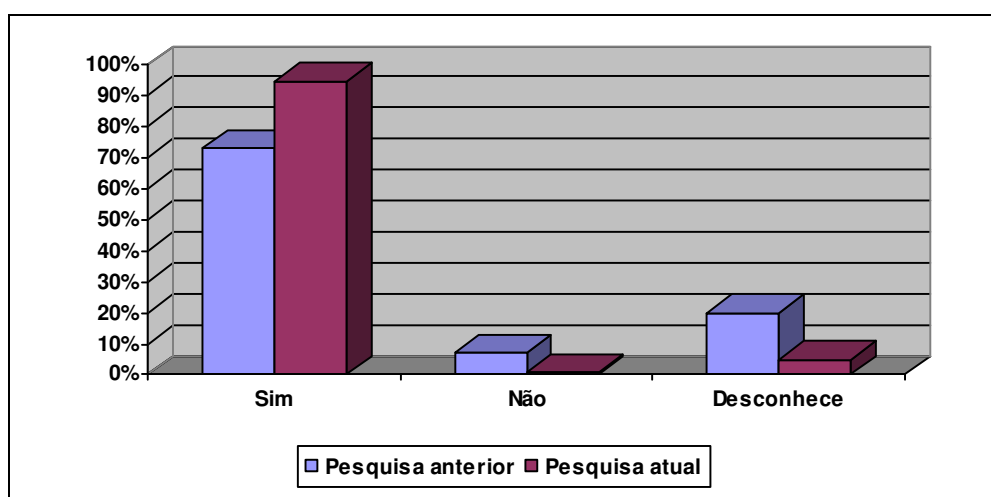
Fonte: SEAI/UNESC

12.2.3 Cumprimento das Obrigações Trabalhistas e Pagamento dos Salários

A UNESC cumpre regularmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias (INSS e FGTS) previstas na legislação pertinente ao regime adotado, qual seja o da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, assim como efetua regularmente o pagamento de ordenados e salários. Vale salientar que a Instituição é isenta das obrigações patronais para com o INSS por ser uma entidade de assistência social.

Na pesquisa realizada, ao serem indagados sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas, 94,4% dos pesquisados respondeu positivamente, 0,7% discordou e 4,9% disse desconhecer o assunto. O gráfico 84, demonstra a melhoria dos indicadores, neste quesito, em relação à pesquisa anterior.

Gráfico 7: Cumprimento das Obrigações Trabalhistas



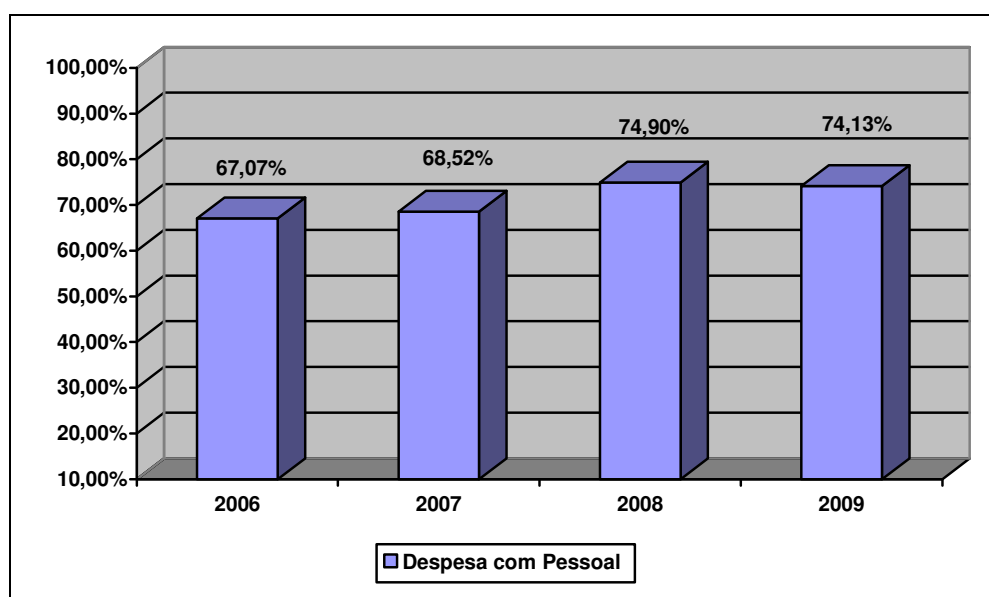
Fonte: SEAI/UNESC

Quanto ao pagamento dos salários dos docentes e dos técnico-administrativos a pesquisa interna aponta que praticamente 100% dos pesquisados considera a existência de regularidade.

No que tange às obrigações trabalhistas em relação aos funcionários e aos serviços terceirizados estão, até 30/06/2009, ocorreu comprometimento de 74% da receita líquida. O comprometimento da receita bruta apresenta crescimento de 7,06% no período de 2006 a 2009, conforme se observa no gráfico 85. O patamar de 74% de comprometimento não é aconselhável, indicando que a Instituição deve refletir esse quesito. Neste ponto, o atual Planejamento Estratégico reconhece a fragilidade e indica

ações para redução destes percentuais, as quais poderão ser avaliadas quando do fechamento do ano de 2009. Todavia o resultado parcial de 2009 demonstra que ainda não se obteve redução do percentual apresentado no ano de 2008, porém, a evolução crescente foi estancada.

Gráfico 8: Comprometimento das Obrigações Trabalhistas em relação à Receita Líquida (2009 até 30-06-2009)



Fonte: SEAI/UNESC

12.2.4 Alocação de Recursos em Manutenção, Segurança e Investimentos

A Instituição mantém e vem aperfeiçoando seus programas de medicina ocupacional e de segurança no trabalho que visam à prevenção da perda da capacidade produtiva relacionada à ocupação profissional e à ampliação da consciência quanto à necessidade de prevenção em locais inseguros, garantindo a proteção da integridade física e mental de seus membros.

A UNESC aplica, em média, 3% da sua receita dos recursos destinados para o ensino, pesquisa, extensão e gestão, para benfeitorias, manutenção e conservação.

As verbas para investimentos são compostas pelo provisionamento de

depreciação, resultado do período e captação externa junto a órgãos de fomento e instituições financeiras quando necessário, para que a infraestrutura física e pedagógica atenda as demandas Institucionais.

As tabelas 3 e 4 a seguir demonstram o provisionamento e o efetivamente realizado em relação as verbas orçamentárias destinadas a segurança, manutenção e investimentos do período em análise.

Tabela 3: Alocação Prevista dos Recursos para Manutenção, Segurança e Investimentos

Origem dos Recursos	Ano de 2006		Ano de 2007		Ano de 2008		Até 30/06/2009	
	Previsto		Previsto		Previsto		Previsto	
	R\$	AV %	R\$	%	R\$	AV %	R\$	AV %
Verba Ens/Pesq/Ext/Ges	29.399.321	100,00	33.481.861	100,00	33.199.623	100,00	16.586.779	100,00
Manutenção	947.169	3,22	797.562	2,38	963.381	2,90	518.465	3,13
Segurança	629.174	2,14	763.691	2,28	909.892	2,74	427.046	2,57
Capacitação	1.060.141	3,61	1.044.650	3,12	1.012.991	3,05	466.779	2,81
Investimentos	628.066	2,14	771.697	2,30	998.500	3,01	300.000	1,81
Imobilizado		-		-		-		-
Acervo Bibliografico	628.066	2,14	771.697	2,30	998.500	3,01	300.000	1,81

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Tabela 4: Alocação dos Recursos para Manutenção, Segurança e Investimentos

Origem dos Recursos	Ano de 2006		Ano de 2007		Ano de 2008		Até 30/06/2009	
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado	
	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %
Verba Ens/Pesq/Ext/Ges	31.098.800	100,00	33.379.395	100,00	33.419.548	100,00	16.148.594	100,00
Manutenção	775.244	2,49	970.225	2,91	1.152.715	3,45	525.954	3,26
Segurança	819.921	2,64	940.650	2,82	1.252.221	3,75	725.005	4,49
Capacitação	1.196.509	3,85	794.491	2,38	876.191	2,62	439.424	2,72
Investimentos	1.957.813	6,30	4.309.800	12,91	3.206.873	9,60	1.193.051	7,39
Imobilizado	1.377.629	4,43	3.649.154	10,93	2.513.574	7,52	877.233	5,43
Acervo Bibliografico	580.184	1,87	660.646	1,98	693.299	2,07	315.818	1,96

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

12.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Segundo pesquisa interna, 14,0% dos participantes acreditam que na

UNESC a transparência das informações econômico-financeiras é muito boa e 34,9% que é boa. Se considerarmos as respostas entre muito boa, boa e razoável chegamos a 70,8% dos pesquisados. Temos ainda, 16,2% que desconhecem o assunto indicando que a divulgação destas informações ainda pode melhorar.

A seguir apresenta-se a análise das Demonstrações Contábeis realizada sob ótica geral e considerando aspectos financeiros, patrimoniais e de resultado nos anos de 2006, 2007, 2008 e primeiro semestre de 2009.

12.3.1 Análise Vertical, Horizontal e Indicadores

A evolução patrimonial do período de 2006 a 30/06/2009 e a participação relativa de cada elemento patrimonial e de resultados em relação ao total do valor de referência, em cada um dos anos em destaque, estão expressas nas tabelas 5, 6 e 7 a seguir.

Tabela 5: Análise Vertical e Horizontal do Ativo

ATIVO	2006		2007			2008			2009 (Até 30/06/2009)		
	R\$	AV%	R\$	AV %	Var%	R\$	AV%	Var %	R\$	AV %	Var%
CIRCULANTE	15.751.872	21,22	18.165.746	22,94	15,32	15.122.705	19,13	(16,75)	16.309.252	20,75	7,85
DISPONIBILIDADES	638.708	0,86	1.308.718	1,65	104,90	2.137.312	2,70	63,31	855.568	1,09	(59,97)
DIREITOS REALIZÁVEIS	14.252.536	19,20	15.955.500	20,15	11,95	12.591.181	15,92	(21,09)	15.152.594	19,28	20,34
Mensalidades a receber	9.860.417	13,29	12.404.706	15,66	25,80	13.323.072	16,85	7,40	14.721.042	18,73	10,49
(-) Provisão Créditos Liq. Duvidosa						(3.362.705)	(4,25)	100,00	(3.449.576)	(4,39)	2,58
Subvenção estadual e municipal	2.683.732	3,62	1.879.562	2,37	(29,96)	1.905.983	2,41	1,41	3.367.785	4,28	76,70
Adiantamentos diversos	1.263.722	1,70	903.378	1,14	(28,51)	213.414	0,27	(76,38)	287.412	0,37	34,67
Outras contas a receber	349.100	0,47	665.710	0,84	90,69	420.917	0,53	(36,77)	103.528	0,13	(75,40)
Estoques	95.565	0,13	102.145	0,13	6,88	90.500	0,11	(11,40)	122.402	0,16	35,25
Materiais de consumo	95.565	0,13	102.145	0,13	6,88	90.500	0,11	(11,40)	122.402	0,16	35,25
DESPESAS DO EXERC. SEGUINTE	860.628	1,16	901.529	1,14	4,75	394.212	0,50	(56,27)	301.089	0,38	(23,62)
NÃO CIRCULANTE	58.465.595	78,78	61.021.769	77,06	4,37	63.950.250	80,87	4,80	62.300.620	79,25	(2,58)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.847.895	11,92	8.621.152	10,89	(2,56)	9.218.394	11,66	6,93	8.953.991	11,39	(2,87)
Contas a receber	3.386.652	4,56	2.713.879	3,43	(19,87)	3.100.528	3,92	14,25	2.833.075	3,60	(8,63)
Crédito com empresas ligadas	4.943.237	6,66	5.902.273	7,45	19,40	6.115.867	7,73	3,62	6.047.240	7,69	(1,12)
Outras contas a receber			5.000	0,01	100,00	2.000	0,00	(60,00)	7.000	0,01	250,00
Depósitos judiciais									66.677	0,08	100,00
INVESTIMENTOS	4.840	0,01	4.840	0,01	0,00	4.840	0,01	0,00	4.840	0,01	0,00
Participações diversas	4.840	0,01	4.840	0,01	0,00	4.840	0,01	0,00	4.840	0,01	0,00
IMOBILIZADO	49.612.861	66,85	52.395.778	66,17	5,61	53.988.024	68,28	3,04	53.110.790	67,56	(1,62)
INTANGÍVEL						738.993	0,93	100,00	230.998	0,29	(68,74)
TOTAL DO ATIVO	74.217.467	100,00	79.187.516	100,00	6,70	79.072.955	100,00	(0,14)	78.609.871	100,00	(0,59)

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Tabela 6: Análise Vertical e Horizontal do Passivo

PASSIVO	2006		2007			2008			2009 (Até 30/06/2009)		
	R\$	AV%	R\$	AV %	Var%	R\$	AV%	Var %	R\$	AV %	Var%
CIRCULANTE	23.747.473	32,00	25.971.750	32,80	9,37	28.243.695	35,72	8,75	29.361.768	37,35	3,96
Fornecedores	627.754	0,85	710.074	0,90	13,11	1.162.497	1,47	63,71	915.866	1,17	(21,22)
Salários e ordenados a pagar	1.907.176	2,57	1.774.719	2,24	(6,95)	2.161.375	2,73	21,79	2.288.264	2,91	5,87
Impostos, taxas e contribuições diversas	10.095.994	13,60	10.936.808	13,81	8,33	11.244.800	14,22	2,82	13.445.851	17,10	19,57
Instituições financeiras	6.851.503	9,23	7.526.709	9,50	9,85	8.327.649	10,53	10,64	7.428.571	9,45	(10,80)
Provisão para férias e encargos	2.808.412	3,78	2.993.450	3,78	6,59	3.208.449	4,06	7,18	3.109.084	3,96	(3,10)
Recursos de convênios			176.129	0,22	100,00	212.840	0,27	20,84	226.325	0,29	6,34
Outros débitos	1.456.634	1,96	1.853.862	2,34	27,27	1.926.084	2,44	3,90	1.947.808	2,48	1,13
NÃO CIRCULANTE	50.469.994	68,00	53.215.765	67,20	5,44	50.829.261	64,28	(4,48)	49.248.103	62,65	(3,11)
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.711.253	13,08	6.570.190	8,30	(32,34)	4.451.227	5,63	(32,25)	5.453.504	6,94	22,52
Impostos, taxas e contribuições diversas	465.382	0,63		0,00	(100,00)		0,00			0,00	
Instituições financeiras	8.712.365	11,74	5.689.706	7,19	(34,69)	3.173.828	4,01	(44,22)	4.143.511	5,27	30,55
Receitas diferidas			656.250	0,83	100,00	675.250	0,85	2,90	539.750	0,69	(20,07)
Contingências trabalhistas									186.998	0,24	100,00
Outros débitos	533.507	0,72	224.235	0,28	(57,97)	602.149	0,76	168,54	583.245	0,74	(3,14)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.758.741	54,92	46.645.575	58,91	14,44	46.378.034	58,65	(0,57)	43.794.599	55,71	(5,57)
Patrimônio institucional	17.931.690	24,16	21.307.924	26,91	18,83	27.643.546	34,96	29,73	25.468.527	32,40	(7,87)
Reserva de reavaliação	20.136.962	27,13	19.378.741	24,47	(3,77)	18.999.121	24,03	(1,96)	18.809.310	23,93	(1,00)
Resultado acumulado	2.690.088	3,62	5.958.909	7,53	121,51	(264.633)	(0,33)	(104,44)	(483.238)	(0,61)	82,61
TOTAL DO PASSIVO	74.217.467	100,00	79.187.516	100,00	6,70	79.072.955	100,00	(0,14)	78.609.871	100,00	(0,59)

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Tabela 7: Análise Vertical e Horizontal da Demonstração de Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2006		2007			2008			2009 (Até 30/06/2009)		
	R\$	AV%	R\$	AV %	Var%	R\$	AV%	Var %	R\$	AV %	Var%
RECEITA BRUTA	66.063.993	127,62	71.426.466	127,27	8,12	74.213.547	127,53	3,90	33.983.396	103,40	(54,21)
Terceiro Grau	50.754.976	98,04	54.087.070	96,37	6,57	55.885.345	96,03	3,32	28.769.109	87,54	(48,52)
Cursos Sequenciais	42.500	0,08	1.494	0,00	(96,49)	-	0,00	(100,00)	-	0,00	
Colégio de Aplicação	1.380.623	2,67	1.247.672	2,22	(9,63)	1.240.083	2,13	(0,61)	547.369	1,67	(55,86)
Extensão	402.344	0,78	432.461	0,77	7,49	311.971	0,54	(27,86)	105.098	0,32	(66,31)
Pós-graduação	3.484.326	6,73	3.571.174	6,36	2,49	4.128.570	7,09	15,61	1.907.173	5,80	(53,81)
Unidades acadêmicas		0,00		0,00		11.128	0,02	100,00	6.000	0,02	(46,08)
Instituto de pesquisas	2.446.997	4,73	1.995.548	3,56	(18,45)	2.586.259	4,44	29,60	877.687	2,67	(66,06)
Subvenção estadual e municipal	4.007.639	7,74	4.203.051	7,49	4,88	5.166.818	8,88	22,93	1.340.459	4,08	(74,06)
Convênios	132.737	0,26	148.670	0,26	12,00	346.649	0,60	133,17	37.621	0,11	(89,15)
Comercialização de bens e serviços	3.411.851	6,59	5.739.327	10,23	68,22	4.536.725	7,80	(20,95)	392.881	1,20	(91,34)
DEDUÇÕES	(14.296.492)	(27,62)	(15.304.732)	(27,27)	7,05	(16.019.954)	(27,53)	4,67	(1.118.272)	(3,40)	(93,02)
Deduções e gratuidade	(14.296.492)	(27,62)	(15.304.732)	(27,27)	7,05	(16.019.954)	(27,53)	4,67	(1.118.272)	(3,40)	(93,02)
RECEITA LÍQUIDA	51.767.501	100,00	56.121.734	100,00	8,41	58.193.593	100,00	3,69	32.865.125	100,00	(43,52)
CUSTOS OPERAC. DE EDUCAÇÃO	(40.556.129)	(78,34)	(42.058.884)	(74,94)	3,71	(46.292.864)	(79,55)	10,07	(27.905.420)	(84,91)	(39,72)
LUCRO BRUTO	11.211.371	21,66	14.062.849	25,06	25,43	11.900.729	20,45	(15,37)	4.959.704	15,09	(58,32)
(DESPESAS) RECEITAS OPERAC.	(8.465.279)	(16,35)	(8.103.940)	(14,44)	(4,27)	(12.165.362)	(20,90)	50,12	(5.442.942)	(16,56)	(55,26)
Despesas financeiras	(2.900.528)	(5,60)	(1.963.276)	(3,50)	(32,31)	(1.963.742)	(3,37)	0,02	(1.176.437)	(3,58)	(40,09)
Receitas financeiras	841.053	1,62	955.093	1,70	13,56	1.163.558	2,00	21,83	544.037	1,66	(53,24)
Despesas gerais e administrativas	(6.532.264)	(12,62)	(7.072.083)	(12,60)	8,26	(11.587.958)	(19,91)	63,85	(4.759.679)	(14,48)	(58,93)
Outras receitas operacionais		0,00		0,00			0,00			0,00	
Outras despesas operacionais		0,00	(6.003)	(0,01)	100,00		0,00	(100,00)		0,00	
Variações e correções monetárias	126.460	0,24	(17.672)	(0,03)	(113,97)	222.779	0,38	(1.360,63)	(50.864)	(0,15)	(122,83)
RESULTADO OPERACIONAL	2.746.092	5,30	5.958.909	10,62	117,00	(264.633)	(0,45)	(104,44)	(483.238)	(1,47)	82,61
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	(56.004)	(0,11)		0,00	(100,00)		0,00			0,00	
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.690.088	5,20	5.958.909	10,62	121,51	(264.633)	(0,45)	(104,44)	(483.238)	(1,47)	82,61

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Os indicadores para aprimoramento da análise econômico-financeira, calculados pelo método de quocientes, estão demonstrados abaixo na tabela 8.

Tabela 8: Indicadores

INDICADORES	2006	2007	2008	2009 (Até 30/06/2009)
Endividamento Geral (PC+ELP)/AT	0,45	0,41	0,41	0,44
Endividamento de Curto Prazo (PC / PC+PELP)	0,71	0,80	0,86	0,84
Endividamento Longo Prazo Prazo (PELP/PELP+PC)	0,29	0,20	0,14	0,16
Lucratividade Bruta (LB/ROL)	0,22	0,25	0,20	0,15
Lucratividade Operacional (LO/ROL)	0,05	0,11	(0,00)	(0,01)
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	0,07	0,13	(0,01)	(0,01)
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	0,74	0,82	0,74	0,73
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,66	0,70	0,54	0,56
Solvência (AT/PC+PELP)	2,22	2,43	2,42	2,26
Índice Imob (ANC-ARLP)/PL	1,22	1,12	1,18	1,22
Índice Imob Invest Total (ANC-ARLP)/AT	0,67	0,66	0,69	0,68
Índice de Garantia Cap. Terc PL/(PC+PELP)	1,22	1,43	1,42	1,26

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

Nas análises efetivadas das demonstrações contábeis a partir do ano de 2006 até 30/06/2009, destacam-se as situações mais relevantes.

A tendência nos custos operacionais é de elevação, superando a faixa dos 80% em relação a receita líquida.

O passivo circulante sofreu também aumento, passando de 32% em 2006 para 37,35% em junho/2009. Já o ativo circulante passou de 21,22% para 20,75%, refletindo diretamente na redução da liquidez da Instituição, demonstrada pelos indicadores de liquidez geral e liquidez corrente constantes na tabela 8 acima, acarretando preocupações com capacidade da Instituição em cumprir com suas obrigações.

As fontes de investimento da Instituição apresentam no período uma relação que predomina o capital próprio na base de R\$ 1,31, em média, para cada R\$ 1,00 de recursos de terceiros. A imobilização dos recursos próprios demonstrada nos quocientes está na ordem média de 1,19, ficando sem margens próprias para o capital circulante, porém, sem apresentar grandes variações nos períodos em análise.

O imobilizado é constituído principalmente por terrenos, edificações e benfeitorias e equipamentos e instalações totalizando aproximadamente 60% dos investimentos fixos nos anos analisados. O acervo bibliográfico representa em média 5% do imobilizado.

Observa-se que o endividamento geral em relação aos investimentos totais, é em média 43%, ou seja, para cada R\$ 1,00 investido a UNESC deve R\$ 0,43. Porém, o crescente aumento do endividamento de curto prazo e a redução da capacidade de geração de resultados positivos indica preocupações e que a Instituição precisará adotar medidas para modificar esse cenário.

Já o índice de solvência apresenta poucas variações ao longo dos períodos analisados 2,22 em 2006, 2,43 em 2007, 2,42 em 2008 e 2,26 até 30/06/2009, mostrando que a Instituição é solvente mesmo com os quocientes financeiros e patrimoniais sinalizando preocupações.

Vale salientar que na análise comparativa da evolução patrimonial do período e dos próprios indicadores, deve-se levar em conta que, por orientação do Conselho Curador, houve mudança nos critérios contábeis e no decorrer do exercício de 2008 foram efetuadas mudanças nos critérios de constituição das provisões para créditos de liquidação duvidosa das Mensalidades/ Faturas a Receber, conforme nota explicativa 16 constante no Balanço auditado encerrado em 31/12/2008.

Ainda assim, o cenário indica a necessidade de medidas que contribuam com a reversão das tendências apresentadas, visando aos resultados econômico-financeiros positivos e suficientes para manutenção das operações e cumprimento da missão da Instituição.

12.4 Responsabilidade Social

O valor adicionado expressa a riqueza gerada pela UNESC nas atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme consta no Balanço Social publicado e reproduzido na Tabela 7 abaixo. Pelo valor adicionado gerado nos últimos três anos, demonstra-se a importância da Instituição na geração de renda para a região. Do total

gerado neste período aproximadamente 62%, totalizando R\$ 124.442.289,00, foram distribuídos diretamente para os colaboradores através dos salários e demais benefícios sociais. No que se refere aos encargos sociais, como o FGTS, que beneficiam a população como um todo, a UNESC desembolsou R\$ 8.227,216,00 no mesmo período.

Tabela 9: Balanço Social 2004-2008

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2008	2007	2006	2005	2004
1- RECEITAS	72.239.117	67.152.127	62.127.635	59.642.767	48.795.101
Terceiro Grau	57.987.111	55.247.715	50.709.028	45.794.305	37.738.452
Colégio de Aplicação	1.263.625	1.258.076	1.391.899	1.228.269	1.168.967
Pós-Graduação	4.395.307	2.351.217	3.606.910	2.905.758	2.094.725
Extensão	465.515	520.002	403.068	396.058	422.986
Núcleos de Pesquisa	2.586.259	1.958.408	2.400.860	2.231.697	1.789.721
Convênios	346.649	148.670	132.737	240.526	101.055
Subvenções	2.620.615	2.062.370	1.874.768	4.179.899	3.501.869
Diversas	2.574.036	3.605.670	1.608.364	2.666.254	1.977.325
2- CUSTOS DOS SERVIÇOS	26.441.438	17.972.217	16.595.095	18.295.628	14.180.384
Materiais	2.719.786	2.489.631	2.407.906	2.322.046	1.987.445
Serviços de Terceiros	10.497.802	9.794.312	9.748.189	8.693.143	6.662.107
Outros	13.223.849	5.688.275	4.439.000	7.280.440	5.530.832
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	45.797.679	49.179.910	45.532.540	41.347.138	34.614.717
4- DEPRECIAÇÃO (-)	1.841.999	1.594.941	1.639.328	1.685.911	1.574.376
5- RECEITA FINANCEIRA (+)	1.491.152	1.056.845	971.060	929.380	766.094
6- VALOR ADICIONADO	45.446.831	48.641.814	44.864.272	40.590.608	33.806.434

	2008	2007	2006	2005	2004
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	45.446.831	48.641.814	44.864.272	40.590.608	33.806.434
1 - Remuneração do Trabalho	43.956.090	40.933.536	39.552.663	35.812.765	30.117.676
Salários	38.878.214	36.137.802	34.886.680	31.592.246	26.371.291
FGTS	2.688.119	2.897.573	2.641.524	2.320.017	1.727.005
Alimentação	39.146	37.877	35.620	34.038	30.109
Investimentos em capacitação	827.402	705.964	662.636	583.028	561.810
Saúde	33.898	37.113	41.643	30.028	291.154
Vale Transporte	207.598	204.337	222.263	207.335	239.834
Bolsistas	1.281.714	912.869	1.062.297	1.046.073	896.473
2 - Remuneração do Governo	22.366	28.917	18.007	14.461	291.109
Impostos/Taxas/Contribuição	22.366	28.917	18.007	14.461	291.109
3 - Capital de Terceiros	1.733.008	1.720.451	2.603.514	2.250.644	1.875.338
Juros	1.733.008	1.720.451	2.603.514	2.250.644	1.875.338
4 - Resultado Obtido	(264.633)	5.958.909	2.690.088	2.512.738	1.522.311

DEMOCRATIZAÇÃO DA RIQUEZA	45.446.831	48.641.814	44.864.272	40.590.608	33.806.434
Trabalho	43.956.090	40.933.536	39.552.663	35.812.765	30.117.676
Governo	22.366	28.917	18.007	14.461	291.109
Capital de Terceiros	1.733.008	1.720.451	2.603.514	2.250.644	1.875.338
Resultado Obtido	(264.633)	5.958.909	2.690.088	2.512.738	1.522.311

Fonte: Depto Finanças e Contabilidade

12.5 Considerações Finais

A elaboração do Orçamento Institucional orientada pelas políticas Institucionais referentes as suas diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, respeitando a viabilidade econômica e financeira, a participação dos diversos colegiados na elaboração e aprovação da Proposta Orçamentária e a compatibilidade entre a Proposta Orçamentária e a sua execução anual, demonstram o compromisso da gestão com a sustentabilidade e com o cumprimento dos objetivos Institucionais.

Ainda assim, dentre os participantes da pesquisa identifica-se um percentual de desconhecimento de questões relacionadas ao Orçamento e a sua execução, apontando a necessidade de manter e ampliar a divulgação do Orçamento e das demais diretrizes constantes nos documentos Institucionais, visando a concentrar os esforços de toda a comunidade interna no cumprimento das metas e objetivos Institucionais.

As propostas orçamentárias que se constituíram em orçamento aprovado para os períodos em análise estavam acompanhadas de recomendações, as quais estão destacadas no item 12.1.2 deste relatório. Essas recomendações dentre outras ações da gestão foram orientadoras da execução orçamentária. Entretanto, observa-se que as metas de manutenção do custo com pessoal, em 65% da Receita Líquida, a busca de ampliação de outras fontes de receita e de aumento da captação de recursos estão aquém do esperado para o período, sendo, ainda, que a principal fonte de recursos da Instituição continuam sendo as mensalidades dos acadêmicos da graduação, pós-graduação e ensino Fundamental e Médio. O comprometimento da receita líquida com custos e despesas com pessoal apresentou de 2006 até 30/06/2009 crescimento de 7,6%, enquanto a recomendação era de redução, porém, observa-se que a evolução crescente deste percentual de comprometimento foi estancada mantendo-se em 2009, percentual equivalente ao ano de 2008.

A análise das Demonstrações Contábeis e dos Indicadores alerta para a necessidade de medidas que revertam as tendências apresentadas e que contribuam para a geração de resultados econômico-financeiros positivos.

A gestão, sensível a estas questões, a partir do Planejamento Estratégico atual tem apontado metas e elaborados planos de ação para o alcance da

sustentabilidade financeira da Instituição, e, assim gradativamente, se reverter as situações de fragilidade apontadas neste relatório.

Outra questão a ressaltar é de que, entre a pesquisa atual e a constante no Relatório de Auto-Avaliação Institucional (parcial) Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira de 2006, se podem observar melhorias significativas em praticamente todos os indicadores o que demonstra a efetiva utilização da Avaliação Institucional como instrumento de gestão, e ainda, que as ações implementadas visando a melhoria estão sendo eficazes.